



Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (TRT- 6)

RELATÓRIO DE DESEMPENHO PLS

- 2025 -



Composição

Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região

Presidente

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Vice-Presidente

Eduardo Pugliesi

Corregedor

Paulo Alcantara

Tribunal Pleno

Gisane Barbosa de Araújo
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Dione Nunes Furtado da Silva
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Sergio Torres Teixeira
Fábio André de Farias
Paulo Alcantara
Eduardo Pugliesi
Ana Cláudia Petruccelli de Lima
Solange Moura de Andrade
Virgínio Henriques de Sá Benevides
Carmen Lucia Vieira do Nascimento
Fernando Cabral de Andrade Filho
Edmilson Alves da Silva
Ibrahim Alves da Silva Filho

Equipe Gestora do PLS

Coordenadora

Carolina de Oliveira Pedrosa

Vice-Coodenadora

Barbara Ferreira Fragoso Calheiros

Érika Antunes de Araújo Gusmão

Vinícius Sobreira Braz da Silva
Adriano Wagner Araújo Vieira
Mário dos Santos de Assis
Gustavo Pedro de Carvalho Lacerda


Luciana Von Söhsten
Maria Eliza Rosa de Magalhães
Ana Luiza Tavares Soares da Silva

Leonardo Luiz Melo Machado
Eudes Ângelo de Sousa
Ana Luiza Marinho de Azevedo e Silva

Rejane Maria de Santana
Andréa Leite Guedes Pereira
Martha de Andrade Landim

Sumário

1.Introdução	05
2.Unidades Administrativas Gestoras dos Indicadores.....	06
3.Metodologia	08
4.Análise de Desempenho dos Indicadores – Exercício 2025	09
4.1 Consumo de Papel	09
4.2 Copos Descartáveis	11
4.3 Água Envasada em Embalagem Plástica	13
4.4 Impressão	15
4.5 Energia Elétrica	18
4.6 Água e Esgoto	21
4.7 Gestão de Resíduos Sólidos	23
4.8 Reformas e Construções	26
4.9 Limpeza	29
4.10 Vigilância	29
4.11 Telefonia	30
4.12 Veículos	32
4.13 Combustível	34
4.14 Apoio ao Serviço Administrativo	35
4.15 Aquisições e Contratações	37
4.16 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.....	39
4.17 Capacitação em Sustentabilidade	42
4.18 Equidade e Diversidade	45
4.19 Descarbonização	47
5.Ações realizadas em 2025	53
5.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social	53
5.2 Programa Justiça Carbono Zero e Plano de Descarbonização.....	53
5.3 Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)	53
5.4 Ecoponto Institucional	53
5.5 Projeto Raízes da Justiça	54
5.5.1 Ações de Sensibilização Ambiental	54
5.5.2 Plantio de Mudanças de Mangue	55
5.5.3 Compostagem de Resíduos Orgânicos	54
5.6 Indicadores de Sustentabilidade	56
5.7 Oficina Maré Segura	58
5.8.Considerações Finais	59



5.9. Acessibilidade, Inclusão e Promoção de Direitos Humanos.....	57
5.9.1. Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência	57
5.9.2. Promoção da Igualdade, Combate à Discriminação e Valorização da Diversidade.....	58
5.9.3. Ações de Responsabilidade Social e Solidariedade	59
5.9.4. Pop Rua Jud – Atenção às Pessoas em Situação de Rua.....	60
5.9.5. Considerações Finais.....	60

1.Introdução

O Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) referente ao exercício de 2025 consolida as informações relativas ao monitoramento das ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 400/2021 e suas alterações, especialmente as Resoluções CNJ nº 550/2024 e nº 594/2024. O conjunto normativo reafirma o papel do Poder Judiciário na promoção de uma gestão pública responsável, orientada pela eficiência administrativa, pela redução de impactos ambientais e pelo fortalecimento da dimensão socioambiental institucional.

O Plano de Logística Sustentável configura-se como instrumento estruturante da governança socioambiental do Tribunal, ao estabelecer diretrizes, metas e indicadores que orientam a adoção de práticas sustentáveis no âmbito administrativo e operacional. Sua implementação contribui para a racionalização do uso de recursos naturais e materiais, a otimização dos gastos públicos e a incorporação de critérios de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão nos processos de trabalho.

No exercício de 2025, o Tribunal deu continuidade à execução do PLS revisado em 2024, período em que foram redefinidos planos de ação e estabelecidas metas mais desafiadoras para o ciclo de vigência até 2026. Trata-se, portanto, de um ano marcado pelo amadurecimento das iniciativas revisadas, com maior integração entre as unidades gestoras, aprimoramento do acompanhamento dos indicadores e fortalecimento da cultura institucional voltada à sustentabilidade.

Destaca-se, ainda, a consolidação das ações alinhadas ao Programa Justiça Carbono Zero, instituído pela Resolução CNJ n. 594/2024, que orienta o Poder Judiciário à mensuração, redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa. Nesse contexto, o PLS assume papel central como ferramenta de apoio à política de descarbonização, ao integrar medidas de eficiência energética, mobilidade sustentável, gestão de resíduos e consumo consciente, reafirmando o compromisso institucional do TRT-6 com a proteção do meio ambiente e com o enfrentamento das mudanças climáticas.

Este relatório tem por finalidade apresentar os resultados obtidos em 2025 a partir da análise dos indicadores de desempenho e das ações implementadas, evidenciando avanços, desafios e oportunidades de aprimoramento. O documento expressa o empenho contínuo do Tribunal em incorporar a sustentabilidade à gestão pública, contribuindo para a construção de um Poder Judiciário mais moderno, responsável e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

2.Unidades Administrativas Gestoras de Indicadores

Tema	Unidade Gestora	Sigla
Papel	Coordenadoria de Material e Logística	CMLOG
Copos Descartáveis	Coordenadoria de Material e Logística	CMLOG
Água Envasada em Embalagem Plástica	Coordenadoria de Material e Logística	CMLOG
Impressão	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	STIC
Energia elétrica	Coordenadoria de Engenharia e Manutenção	CEMA
Água e Esgoto	Coordenadoria de Engenharia e Manutenção	CEMA
Gestão de Resíduos	Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão	SSAI
Reformas e Construções	Coordenadoria de Planejamento Físico	CPLAN
Limpeza	Divisão de Serviços Gerais	DSG
Vigilância	Secretaria de Polícia Judicial	SPJ

2.Unidades Administrativas Gestoras de Indicadores

Tema	Unidade Gestora	Sigla
Telefonia	Divisão de Serviços Gerais	DSG
Veículos	Secretaria de Polícia Judicial	SPJ
Combustível	Secretaria de Polícia Judicial	SPJ
Apoio ao Serviço Administrativo	Coordenadoria de Comunicação Social	CCS
Aquisições e Contratações	Secretaria Administrativa	SA
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	Divisão de Saúde / Divisão de Governança e Projetos Estratégicos	DSaúde/ DGPE
Capacitação em Sustentabilidade	Escola Judicial	Ejud-6
Equidade e Diversidade	Núcleo de Governança de Gestão de Pessoas	NUGOV
Descarbonização	Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão	SSAI

3. Metodologia

O presente Relatório de Desempenho foi elaborado em observância ao disposto no art. 10-A da Resolução CNJ nº 400/2021, adotando metodologia voltada à sistematização, análise e avaliação dos resultados obtidos no exercício de 2025 no âmbito do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

A metodologia empregada baseou-se na consolidação das informações encaminhadas pelas unidades administrativas gestoras dos indicadores, bem como no acompanhamento contínuo das iniciativas previstas no Plano de Ação do PLS. A partir desse levantamento, procedeu-se à análise do desempenho dos indicadores, considerando o grau de cumprimento das metas estabelecidas, o comportamento dos resultados ao longo do exercício e a evolução anual observada durante a vigência do PLS.

Os dados analisados refletem tanto a redução de consumo em determinados indicadores quanto variações ou incrementos em outros, permitindo a identificação de avanços, limitações e desafios relacionados à implementação das práticas sustentáveis no âmbito institucional. Essa leitura possibilita uma avaliação mais precisa da efetividade das ações adotadas e subsidia o aprimoramento das estratégias em curso.

Para fins de registro, controle e rastreabilidade das informações, os indicadores foram organizados e lançados no sistema PLSA, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, bem como em planilhas de apoio, assegurando o acompanhamento sistemático e a análise detalhada da evolução dos resultados. As informações contemplam todos os temas previstos no PLS vigente, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Após a apresentação dos dados relativos à cada tema, a Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão realiza a análise crítica do desempenho dos indicadores e das ações correspondentes ao respectivo Plano de Ação. Essa análise considera o progresso das metas estabelecidas, o comparativo de consumo entre os exercícios de 2024 e 2025 e a contextualização dos resultados à luz dos dados históricos disponíveis, de modo a assegurar o monitoramento contínuo e a avaliação de tendências ao longo do tempo.

4. Análise de Desempenho dos Indicadores em 2026

4.1. PAPEL



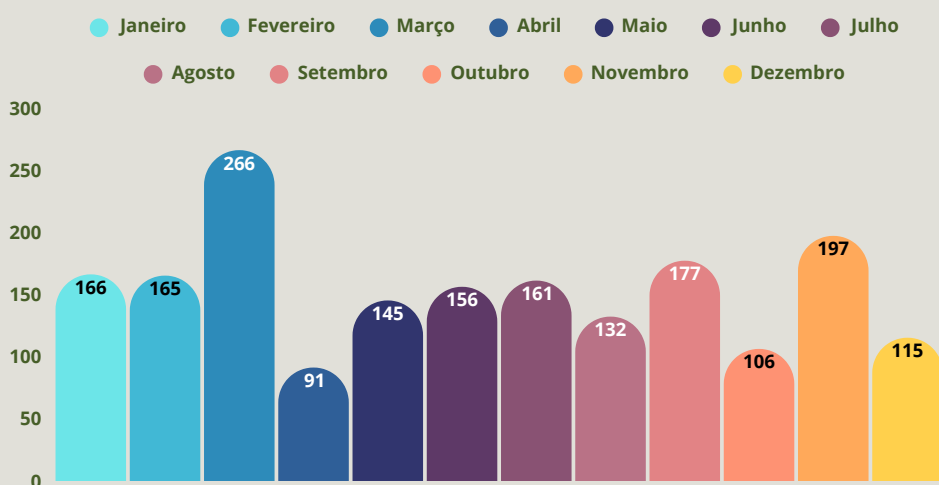
Meta não atingida

Indicador 2.1 CPP - Consumo de Papel Próprio.

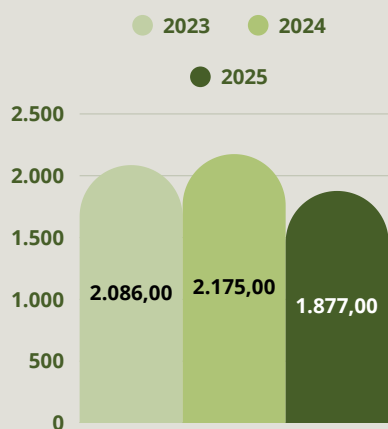
Unidade de medida: Resmas. Periodicidade: Mensal.

META 1: Reduzir o consumo de papel, até 2026, para 80% do consumo em relação ao ano-base de 2019 (7.605), que é atingir 1521 resmas.

4.1. CPP- Consumo de papel próprio





4.1. CPP- Consumo de papel próprio (resmas)



O indicador **Consumo de Papel Próprio** apresentou comportamento oscilante no período analisado, porém com tendência geral de redução e alinhamento à meta estabelecida no PLS. Em 2025, observa-se redução significativa para 1.877 resmas - em relação a 2023 -, revertendo a elevação anterior e indicando maior efetividade das medidas de racionalização do uso de papel. Esse resultado demonstra avanço consistente em direção à meta de 1.521 resmas até 2026.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1.Diagnóstico do consumo de papel			
2.Estabelecer medidas de controle de papel			

Nota de acompanhamento: As etapas de diagnóstico do consumo de papel e de estabelecimento de medidas de controle foram concluídas, permitindo maior conhecimento dos padrões de uso e a adoção de mecanismos iniciais de gestão.

Entretanto, a meta de redução não foi atingida no período analisado. Destaca-se que as medidas implementadas constituem base para o aprimoramento da gestão, devendo ser fortalecidas no próximo ciclo, com ênfase na digitalização de processos, no controle de fornecimento e na sensibilização institucional.

Ações executadas



4.2. COPOS DESCARTÁVEIS

Indicador 3.1 CC - Consumo de Copos Descartáveis

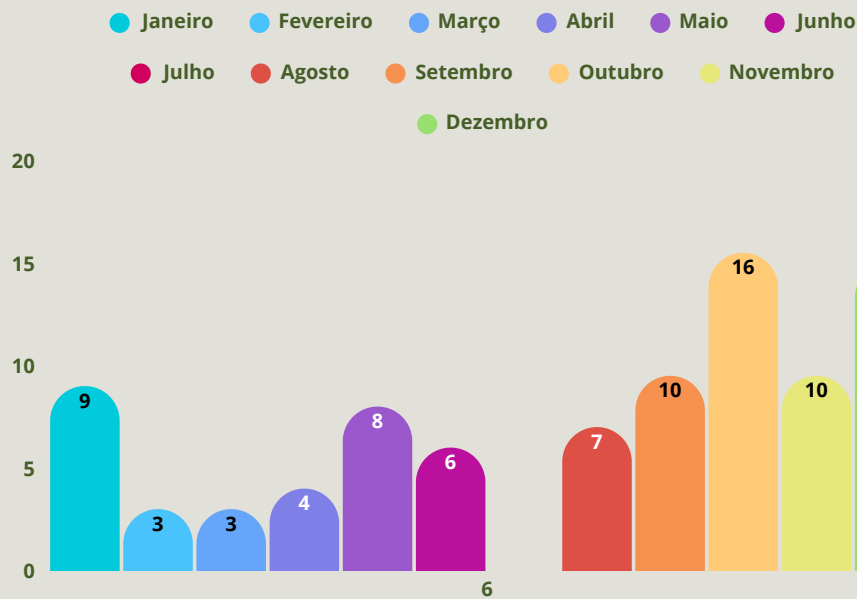
Unidade de medida: Cento. Periodicidade: Mensal.

META 2: Reduzir o consumo de copos descartáveis, até 2026, para 31% do consumo em relação ao ano-base de 2019 (321 centos), ou seja, 222 centos.

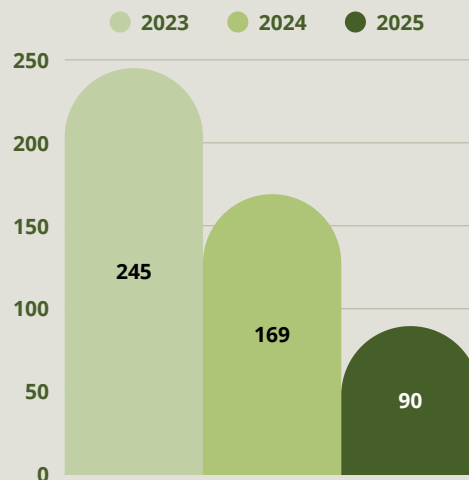


Meta atingida




3.1. CC - Consumo de copos descartáveis (centos)



3.1. CC - Consumo de copos descartáveis (centos)



AÇÕES PARA REDUÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
Etapa 1 - Levantamento do consumo de copos descartáveis por tipo (25% da ação);			
Etapa 2 - fornecimento de copos biodegradáveis para água (50% da ação);			
Etapa 3 - Estudo de viabilidade para substituição dos copos de café por alternativas sustentáveis (25% da ação).			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram 75 % executadas, incluindo o levantamento do consumo por tipo, o fornecimento de copos biodegradáveis para água. No entanto, iniciamos o estudo de viabilidade para substituição dos copos de café.

Destaca-se que, no segundo semestre, foi implementada a substituição dos copos descartáveis convencionais por biodegradáveis para consumo de água, representando avanço relevante na redução do impacto ambiental. Embora os copos de café ainda permaneçam no formato descartável, a medida já refletiu positivamente no desempenho do indicador, devendo-se, no próximo ciclo, avançar na substituição dos copos de café por alternativas mais sustentáveis.



Meta não atingida



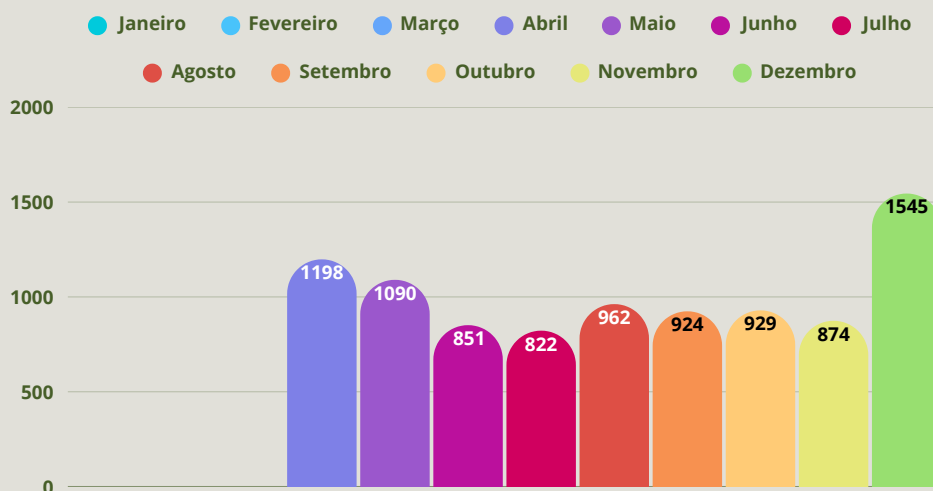
4.3. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Indicador 4.2 CER - Consumo de Embalagens Retornáveis para Água Mineral.

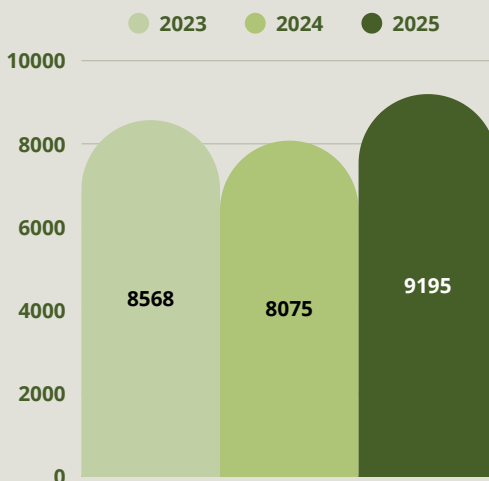
Unidade de medida: Unidade. Periodicidade: Mensal

META 3: Reduzir o consumo de água mineral em embalagens retornáveis, até 2026, para embalagens anuais, de modo a reduzir 50% em relação ao ano de 2019 (14.992), atingido 7.496.





4.2 CER - Consumo de Embalagens Retornáveis para Água Mineral (unidade)



CER - Consumo de embalagens retornáveis para água mineral



AÇÕES PARA REDUÇÃO DE EMBALAGENS RETORNÁVEIS PARA ÁGUA MINERAL

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
Etapa 1 - Estudo da Viabilidade de Implementação do Uso de Purificadores de Água			
Etapa 2 - Processo de contratação dos purificadores de água			
Etapa 3 - Aquisição dos purificadores de água			
Etapa 4- Instalação dos purificadores de água			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram integralmente executadas. Não obstante a implementação das ações planejadas, a meta de redução do consumo de água envasada em embalagem plástica não foi atingida no período analisado. O resultado indica a necessidade de maior consolidação do uso dos purificadores e de intensificação das ações voltadas à mudança de comportamento dos usuários.

Ações executadas



4.4. IMPRESSÃO

Indicador 5.1 QI - Quantidade de Impressões.

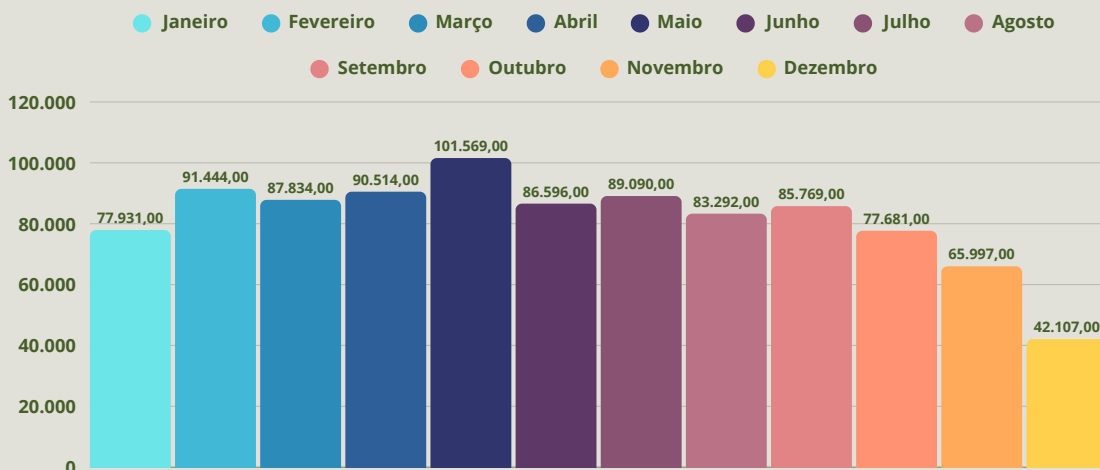
Unidade de medida: Impressões. Periodicidade: Mensal.

META 4: Reduzir - até 2026 - 32% do consumo de insumos de impressão com relação ao ano de 2022 (832.974 impressões), ou seja, atingir 566.422 impressões.

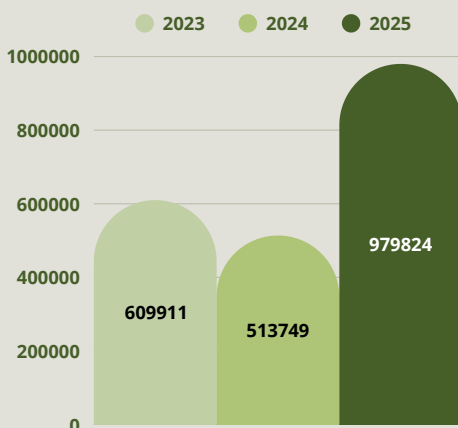


Meta não atingida

5.1. QI - Quantidade de impressões



5.1. QI - Quantidade de impressões



Verifica-se aumento expressivo na quantidade de impressões, de 513.749 em 2024 para 979.824 em 2025. Embora à primeira vista destoante das ações de racionalização, a variação decorre principalmente do retorno às atividades presenciais das 24 Varas do Trabalho da Capital em outubro de 2024. Soma-se a isso a incompletude dos dados de 2024, afetados por alterações na infraestrutura de rede que impediram a contabilização por cerca de quatro meses.

Indicador 5.2 QEI - Quantidade de Equipamentos de Impressão.

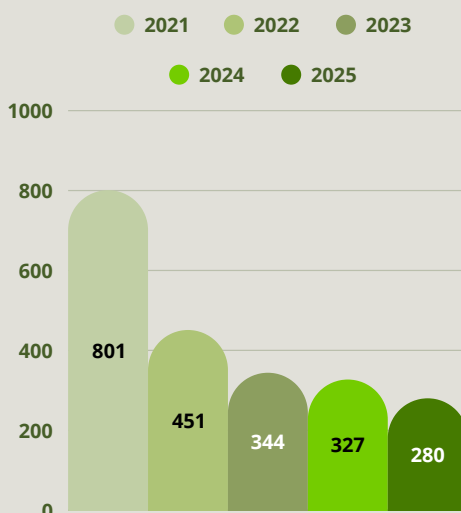
Unidade de medida: Equipamentos de impressão. Periodicidade: Anual.

META 5: Reduzir - até 2024 - 30% do parque de impressão com relação ao ano-base de 2021 (801 equipamentos de impressão).







Meta atingida

5.2 QEI - Quantidade de Equipamentos de Impressão



AÇÕES PARA REDUÇÃO DE IMPRESSÕES

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1.Realizar a coleta automática das impressões, a partir das estações de trabalho de cada unidade funcional do TRT-6			

2. Informar os valores atualizados relativos ao volume de impressão das unidades do TRT-6			
3. Coletar e ordenar os dados sobre o volume de impressão			
4. Desenvolver e implantar mecanismo de alerta que informa quando a unidade atingir o limite de impressões			
5. Planejar, elaborar e divulgar campanhas de conscientização quanto ao uso racional dos equipamentos de impressão.			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram majoritariamente executadas, com exceção da etapa 4, que se encontra em andamento, possibilitando avanços na estruturação do controle e na racionalização das impressões no âmbito do TRT-6.

Entretanto, a meta estabelecida não foi atingida no período analisado, indicando a necessidade de maior consolidação das medidas implementadas e de intensificação das ações voltadas à redução do consumo. Destaca-se que as iniciativas adotadas constituem base relevante para o aprimoramento da gestão, devendo ser fortalecidas no próximo ciclo, com ênfase na conclusão da etapa em curso, no monitoramento contínuo e na promoção de práticas institucionais mais sustentáveis.

4.5. ENERGIA ELÉTRICA

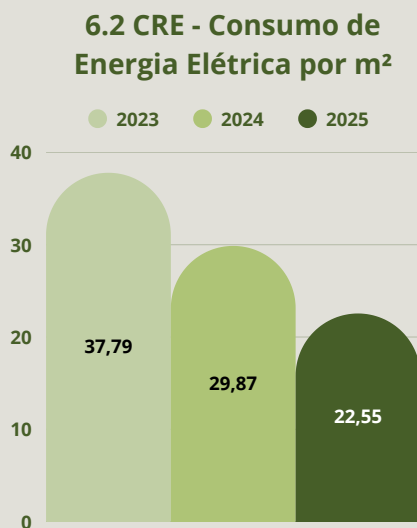
Indicador 6.2 CRE - Consumo de Energia Elétrica por m².

Unidade de medida: kWh / m². Periodicidade: Mensal.

META 6: Manter até 2026 o consumo de energia elétrica por m². Ano-base 2023 (53,08 kWh/m²) - alterada após revisão de cálculo em 2025 “Manter trajetória de redução anual do consumo específico de energia elétrica, buscando atingir patamar igual ou inferior a 22,00 kWh/m² até 2026.”.



Meta atingida



No exercício de 2025, verificou-se a necessidade de revisão metodológica no cálculo do indicador, em razão da atualização da área total considerada para fins de apuração do consumo específico de energia elétrica. Constatou-se que, nos exercícios anteriores, a área utilizada encontrava-se subdimensionada, o que resultava em superestimação do indicador (kWh/m²).

Após a correção da base de cálculo, os resultados passaram a refletir com maior precisão o desempenho institucional. O consumo específico apurado foi de 37,79 kWh/m² em 2023, 29,87 kWh/m² em 2024 e 22,55 kWh/m² em 2025, evidenciando trajetória consistente de redução do consumo por unidade de área.

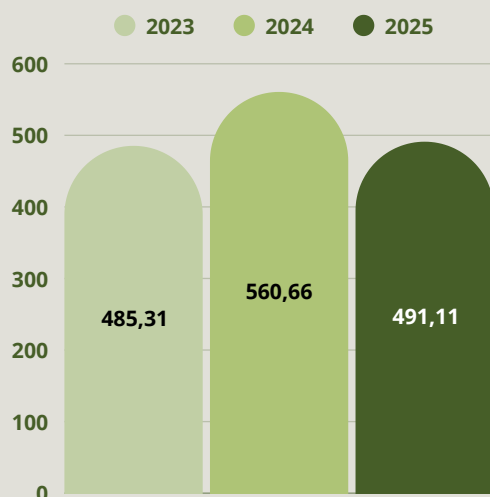
A revisão metodológica não compromete a comparabilidade da série histórica, uma vez que os valores foram recalculados com base uniforme.

Indicador 6.8 GEFM – Geração de Energia Fotovoltaica por m².

Unidade de medida: kWh / m². Periodicidade: Anual.



META 7: Manter a geração de energia fotovoltaica por m² até 2026. Ano-base 2023 (486,31 kWh / m²).

6.8 GEFM – Geração de Energia Fotovoltaica por m²



Apesar de ter ocorrido redução na geração de energia, devido a paralização da unidade de Igarassu, a meta foi atingida, pois manteve o valor superior ao ano-base.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E AUMENTO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
Etapa 1 - Monitoramento do funcionamento das unidades;			
Etapa 2 - Correções de falhas.			



Nota de acompanhamento: As ações previstas foram executadas, com o foco na produção de energia limpa das 22 unidades relacionadas à geração de energia fotovoltaica, contribuindo para a melhoria do desempenho institucional no consumo de energia. A meta estabelecida foi atingida no período analisado, sendo observada trajetória consistente de redução do consumo específico de energia elétrica ao longo da série histórica.

Registra-se que, no exercício de 2025, foi realizada revisão metodológica no cálculo do indicador, em razão da atualização da área total considerada, o que resultou em maior precisão na apuração dos dados. Os avanços alcançados evidenciam a efetividade das ações implementadas, devendo ser mantidas e aprimoradas no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável.

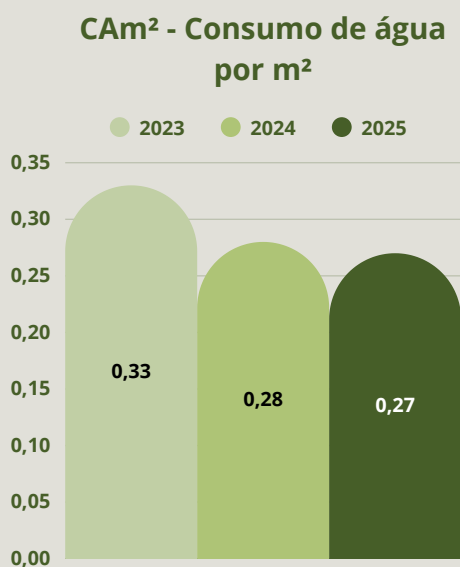


4.6. ÁGUA E ESGOTO

Indicador 7.2 CRA – Consumo de água por m².

Unidade de medida: m³/m². Periodicidade: Mensal

META 8: Diminuir 5%, até 2026, o consumo de água por m², com ano-base 2023 (0,40 m³/m²). Considerando o valor corrigido de 0,33 m³/m², a meta corresponderia a 0,315 m³/m².





No exercício de 2025, procedeu-se à revisão metodológica do cálculo do indicador de consumo de água por metro quadrado, em razão da atualização das áreas construídas consideradas na apuração. Constatou-se que o valor anteriormente registrado para o ano-base de 2023 encontrava-se superestimado.

Após a correção da base de cálculo, os resultados passaram a refletir com maior precisão o desempenho institucional, apurando-se 0,33 m³/m² em 2023, 0,28 m³/m² em 2024 e 0,27 m³/m² em 2025.

A meta estabelecida consistia na redução de 5% do consumo específico até 2026, tomando como referência o ano-base de 2023. Considerando o valor corrigido de 0,33 m³/m², a meta corresponderia a 0,315 m³/m². Observa-se que o resultado de 2025 (0,27 m³/m²) representa redução de aproximadamente 18,4% em relação ao ano-base, superando significativamente o objetivo estabelecido.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Levantamento das descargas dos imóveis do TRT-6, para redução de desperdícios			
2. Troca dos equipamentos e manutenção			

Ações executadas



Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram executadas, compreendendo o levantamento das descargas dos imóveis do TRT-6 e a substituição dos equipamentos, contribuindo para a melhoria da eficiência no consumo de água. A meta estabelecida foi atingida no período analisado, evidenciando resultados positivos decorrentes das ações implementadas.

Registra-se que, assim como no indicador de energia elétrica, foi realizada revisão metodológica no cálculo do indicador, com vistas a aprimorar a precisão dos dados apurados. Os resultados obtidos demonstram a efetividade das medidas adotadas, que deverão ser mantidas e aperfeiçoadas no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável.

4.7 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Meta atingida

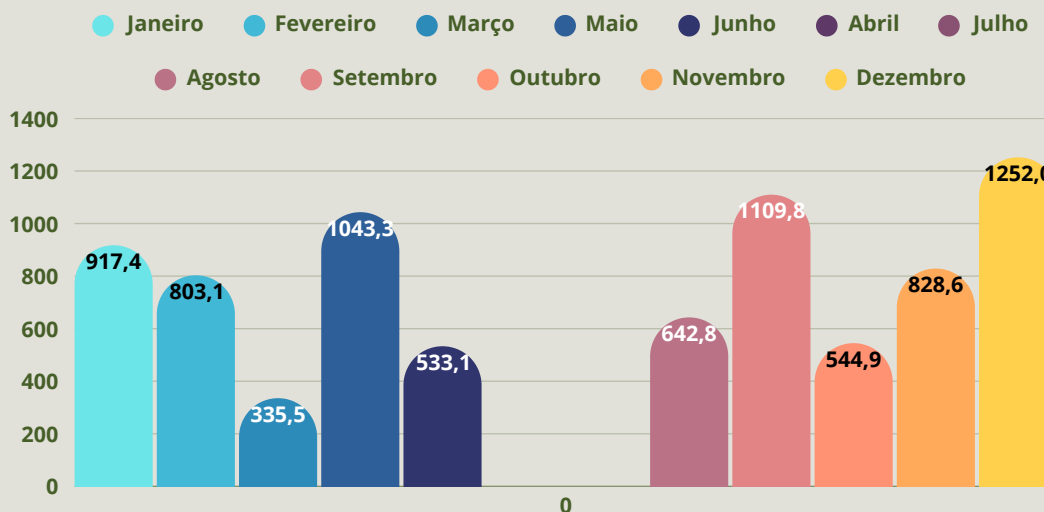


Indicador 8.1 DPa - Destinação de Resíduos de Papel.

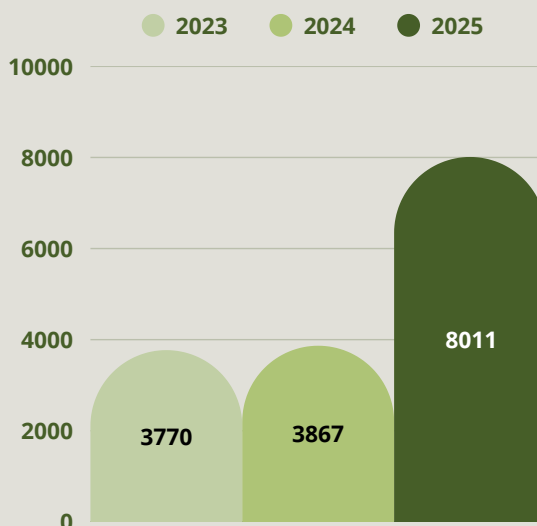
Unidade de medida: Quilogramas (Kg). Periodicidade: Mensal.

META 9: Aumentar 15% a coleta de papel destinado à reciclagem até 2026. Ano-base 2023.

8.1. DPa - Destinação de resíduos de papel (kg)



8.1. DPa - Destinação de resíduos de papel (kg)



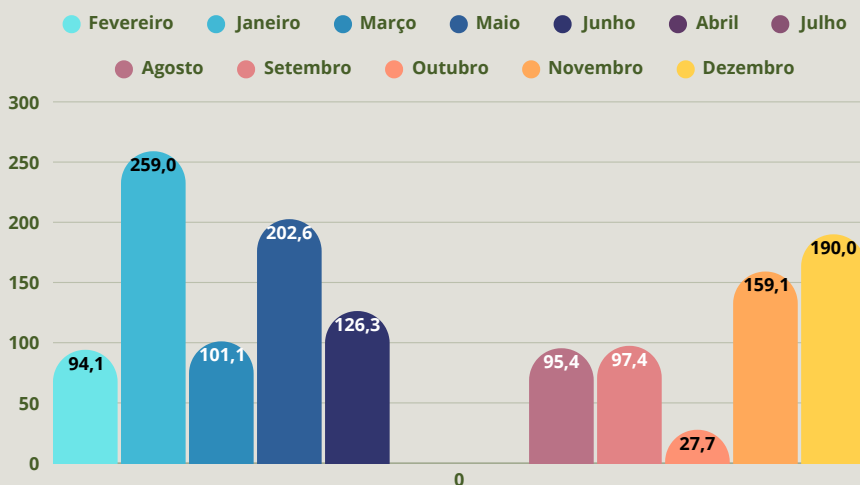
Meta atingida

Indicador 8.2 DPI - Destinação de Resíduos de Plásticos.

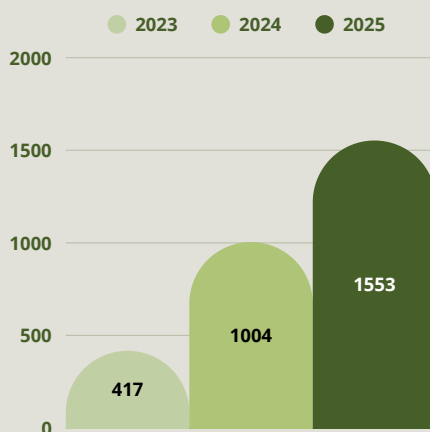
Unidade de medida: Quilogramas (Kg). Periodicidade: Mensal.

META 10: Aumentar 15% a coleta de plástico destinado à reciclagem até 2026. Ano-base 2023.

8.2. DPI - Destinação de resíduos de plástico (kg)



8.2. DPI - Destinação de resíduos de plástico (kg)



8.6 TMR – Total de materiais destinados à reciclagem

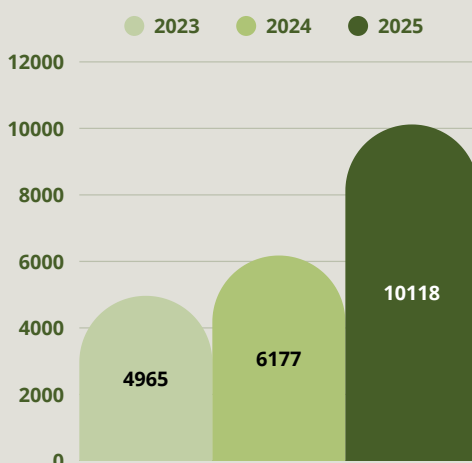
Unidade de medida: Quilogramas (Kg). Periodicidade: Mensal.

Fórmula: MR = DPA + DPL + DMT + DVD + CGe




META II: Aumentar 15% o total de materiais destinado à reciclagem até 2026. Ano-base 2023.



8.6 TMR – Total de materiais destinados à reciclagem (kg)



AÇÕES PARA MELHORAR A GESTÃO DE RESÍDUOS

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Ampliação e gerenciamento dos coletores de resíduos sólidos nas unidades do TRT6			
2. Ampliação dos tipos de materiais coletados e destinados para a reciclagem			
3. Conscientização e divulgação das ações e dos pontos de coleta do TRT6.			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram integralmente executadas, incluindo a ampliação e o gerenciamento dos coletores de resíduos sólidos, a expansão dos tipos de materiais destinados à reciclagem e o fortalecimento das ações de conscientização e divulgação. Todos os indicadores do tema atingiram as metas estabelecidas no período analisado, refletindo desempenho positivo na gestão de resíduos no âmbito do TRT-6.

Destaca-se que a expansão da coleta nas unidades do interior, o reforço das campanhas institucionais e a reconfiguração do ecoponto contribuíram significativamente para os resultados alcançados.

Ações executadas



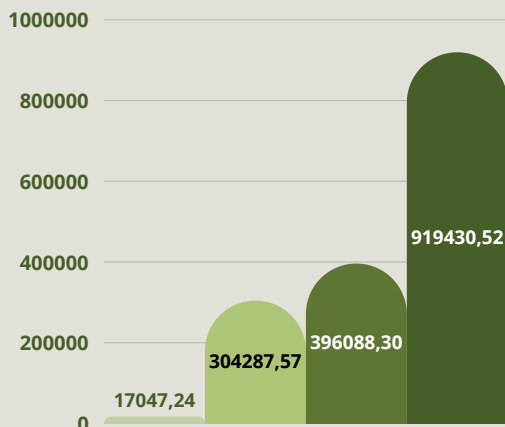
4.8. REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Indicador 9.1 GRef – Gastos com reformas no período-base.

Unidade de medida: Reais. Periodicidade: Anual.

9.1 GRef – Gastos com reformas no período-base

● 2022 ● 2023 ● 2024 ● 2025

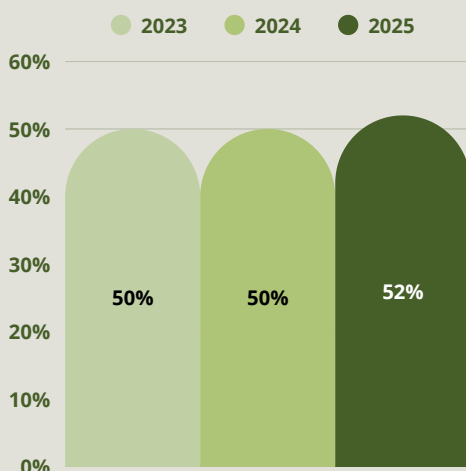


Indicador 9.3 IPACA - Índice de prédios com nível de adequação aos critérios de Acessibilidade maior ou igual a 51%.

Unidade de medida: Percentual. Periodicidade: Anual

META 12: Atingir 76% dos imóveis com nível de adequação de acessibilidade \geq 51% até 2026. Ano-base 2023 - 16 imóveis \geq 51% (50% dos imóveis).

9.3 IPACA - Índice de prédios com nível de adequação aos critérios de Acessibilidade maior ou igual a 51%.



Indicador 9.4 IGACS - Índice geral de adequação aos critérios de sustentabilidade dos imóveis.

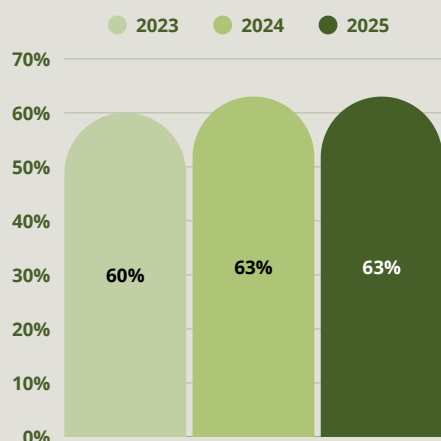
Unidade de medida: Percentual. Periodicidade: Anual

META 13: Aumentar em 2% ao ano o índice geral de sustentabilidade dos imóveis. Ano-base 2023 (60%).



Meta não atingida

9.4 IGACS - Índice geral de adequação aos critérios de sustentabilidade dos imóveis.






Em 2025, o resultado manteve-se em 63%, consolidando o patamar alcançado no ciclo anterior. O cenário reforça a necessidade de continuidade e aprofundamento das intervenções estruturais e de gestão para retomar a trajetória de crescimento progressivo do índice nos próximos exercícios.

AÇÕES PARA MELHORAR OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS IMÓVEIS

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Contratação para elaboração de laudos e projetos de acessibilidade nos imóveis			



2.Contratação para execução de adequação de acessibilidade dos imóveis			
3.Estudo para aprimoramento dos aspectos de sustentabilidade e acessibilidade no plano de obras 2027-2030			
4.Construção de usina fotovoltaica para atendimento de demanda energética descentralizada do TRT6			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas no Plano de Ações encontram-se em fase inicial de execução, não tendo sido concluídas no período analisado. As contratações relacionadas à elaboração de laudos e projetos de acessibilidade, bem como à execução das adequações, não foram efetivadas, encontrando-se atualmente em fase de planejamento. Adicionalmente, o estudo para aprimoramento dos aspectos de sustentabilidade e acessibilidade no plano de obras ainda não foi finalizado. No que se refere à construção da usina fotovoltaica, a iniciativa encontra-se em andamento, na etapa de obtenção das licenças necessárias.

O cenário observado indica a necessidade de priorização das ações previstas, considerando sua relevância para a promoção da acessibilidade e da sustentabilidade nas edificações do TRT-6, devendo ser objeto de acompanhamento e fortalecimento no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável.



4.9. LIMPEZA

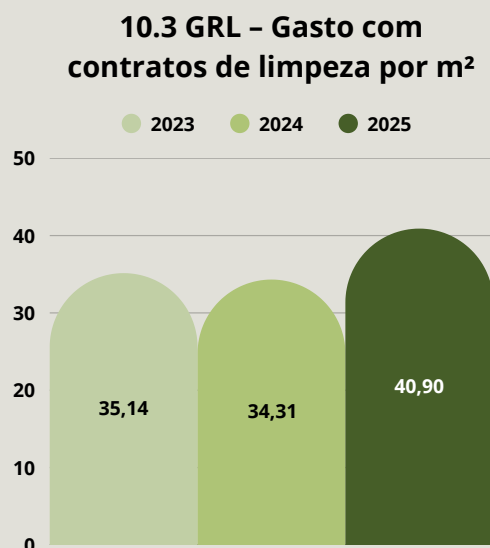


Meta não atingida

Indicador 10.3 GRL – Gasto com contratos de limpeza por m².

Unidade de medida: Reais / m². Periodicidade: Anual.

META 14: Reduzir 2%, até 2026, o quantitativo de material de consumo utilizado na limpeza. Ano base 2023 (R\$ 35,14 reais/m²).



Em 2025, verifica-se aumento mais expressivo, alcançando R\$ 40,90/m². Esse crescimento em 2025 pode ser atribuído à intensificação das atividades presenciais, visto que a variação decorre principalmente do retorno às atividades presenciais das 24 Varas do Trabalho da Capital em outubro de 2024, o que exige maior frequência e abrangência dos serviços de limpeza, bem como ao impacto de fatores externos, como o efeito inflacionário e os reajustes contratuais periódicos previstos nos instrumentos firmados.

4.10. VIGILÂNCIA



Meta atingida

Indicador 11.1 GV – Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada.

Unidade de medida: Reais. Periodicidade: Anual.

META 15: Manter os gastos dos contratos de vigilância armada e desarmada. Ano-base 2023. Qualquer alteração deverá ser apenas relativa aos reajustes legais.



O aumento de 6,85% está dentro de um patamar razoável, considerando os efeitos da inflação, reajustes salariais previstos em convenções coletivas e a necessidade de manutenção da segurança institucional.



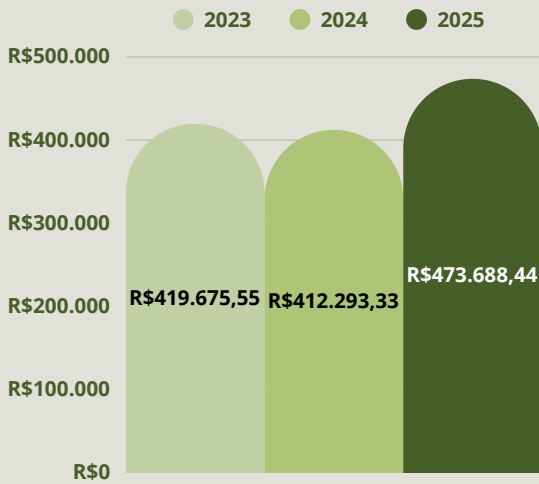
Meta atingida

Indicador 11.4. GVe - Gasto com contrato de vigilância eletrônica.

Unidade de medida: Reais. Periodicidade: Anual.

META 16: Manter os gastos com contrato de vigilância eletrônica, levando em consideração os reajustes legais. Ano-base 2023.

11.4. GVe - Gasto com contrato de vigilância eletrônica



A variação decorre de reajustes contratuais regulares, baseados em índices inflacionários, da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e de adequações operacionais e tecnológicas do serviço, não configurando aumento atípico, mas ajuste ordinário esperado para contratos dessa natureza.

4.11. TELEFONIA



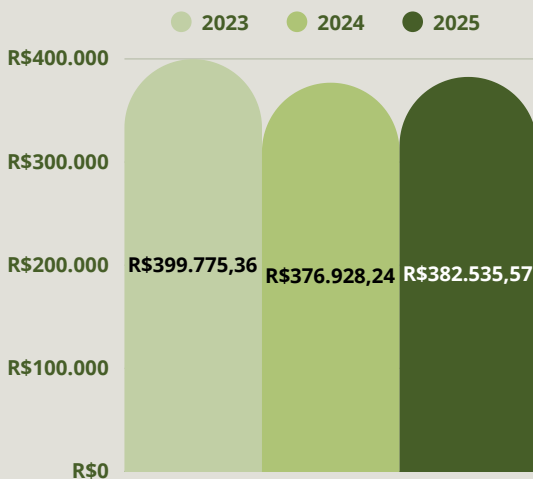
Meta não atingida

Indicador 12.1 GTF - Gasto com telefonia fixa.

Unidade de medida: Reais. Periodicidade: Mensal.


META 17: Reduzir 10% o gasto com telefonia fixa, até 2026. Ano-base 2023.

12.1. GTF - Gasto com telefonia fixa



Destaca-se que o valor de 2025 permanece inferior ao registrado em 2023 (R\$ 399.775,36), indicando trajetória de contenção de despesas e alinhamento ao objetivo institucional de redução de 10% do gasto até 2026.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DOS GASTOS COM TELEFONIA

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Chamados abertos para empresa contratada para melhorias das funcionalidades dos Aparelhos Voips			
2. Implementação de mensagem voz no ramal PABX do TRT6;			
3. Campanha na Intranet da tecnologia VOIP de telefonia fixa.			

Ações executadas



Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram executadas. Entretanto, a meta estabelecida não foi atingida no período analisado, indicando a necessidade de maior consolidação das melhorias implementadas e de ampliação das ações de sensibilização e adesão ao uso da tecnologia disponível. As iniciativas desenvolvidas constituem base para o aprimoramento do desempenho do indicador, devendo ser fortalecidas no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável, com foco na efetividade das soluções adotadas e no engajamento dos usuários.

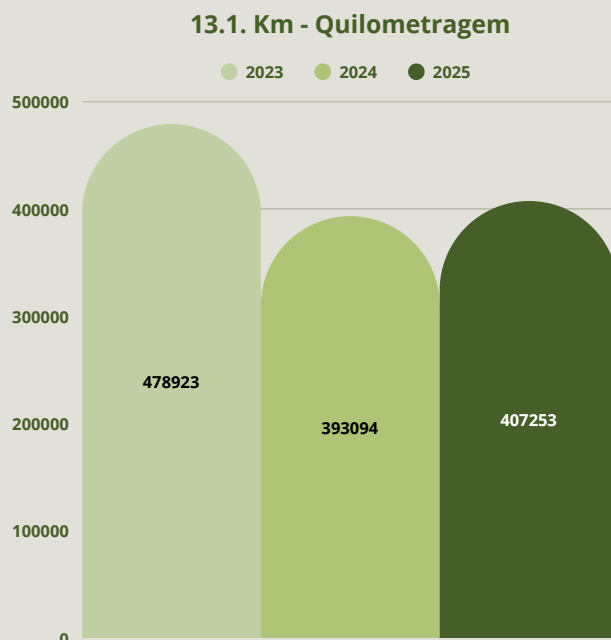
4.12. VEÍCULOS



Indicador 13.1 Km – Quilometragem.


Unidade de medida: Quilômetros (km). Periodicidade: Anual.

META 18: Reduzir 20% da quilometragem percorrida pela frota oficial até 2026. Ano-base 2019 (538.987 km).



AÇÕES PARA REDUÇÃO DA QUILOMETRAGEM E DE COMBUSTÍVEL

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Restringir solicitações de veículos para transporte de itens sem urgência			
2. Agregar viagens de unidades diferentes para o mesmo destino			

3.Solicitar às unidades que mais demandam para agruparem viagens			
4.Levantamento da quilometragem percorrida em 2024, mês a mês.			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram executadas, incluindo a adoção de medidas para restrição de solicitações não urgentes, a orientação às unidades quanto ao agrupamento de deslocamentos e o monitoramento da quilometragem percorrida.

Destaca-se que foi desenvolvida solução voltada ao compartilhamento de viagens entre unidades, cuja divulgação institucional está prevista para o exercício de 2026.

As metas estabelecidas foram atingidas no período analisado, refletindo a efetividade das ações implementadas na racionalização do uso de veículos e no consumo de combustível.

Os resultados evidenciam o aprimoramento da gestão de deslocamentos institucionais, devendo as medidas adotadas ser mantidas e aperfeiçoadas no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável.

4.13. COMBUSTÍVEL

Indicador 14.3 CD – Consumo de diesel

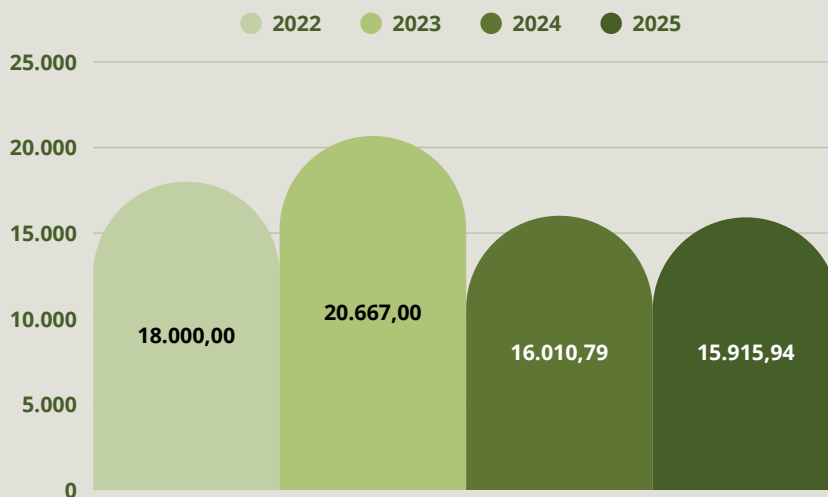
Unidade de medida: litro (l). Periodicidade: Anual.

META 19: Redução de 10% do consumo de diesel no percentual até 2026. Ano-base 2023 (20.667 litros).



Meta atingida

14.3. CD - Consumo de diesel



AÇÕES PARA REDUÇÃO DE COMBUSTÍVEL

As ações para redução de combustível são as mesmas do tema “Veículos”.

4.14. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO



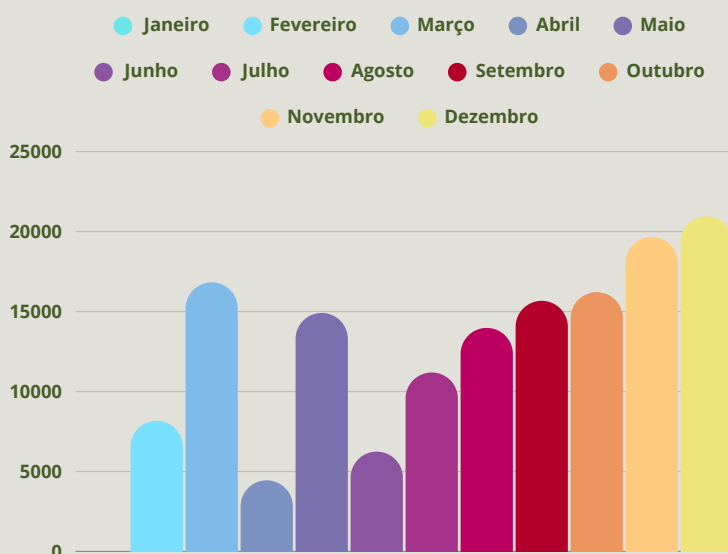
Meta não atingida

Indicador 15.1 GC Graf - Gastos com serviços gráficos no período-base.

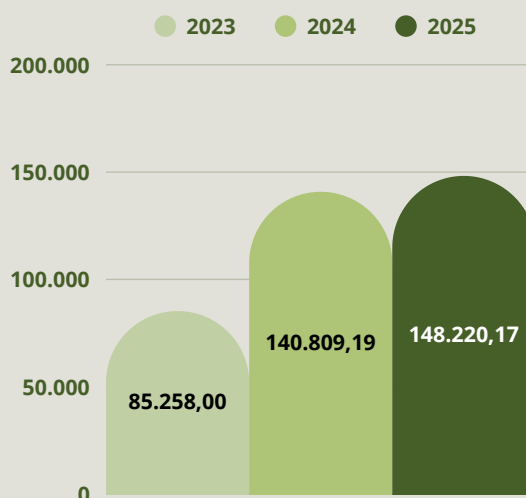
Unidade de medida: Reais. Periodicidade: Mensal.

META 20: Manter a despesa com impressão de material gráfico institucional de divulgação até 2026. Ano-base 2023.

15.1 GC Graf - Gastos com serviços gráficos no período-base.






15.1. GC Graf - Gastos com serviços gráficos no período-base



Os gastos com serviços gráficos aumentaram de R\$ 85.258,00 em 2023 para R\$ 148.220,17 em 2025, o que representa um crescimento de aproximadamente 73,9% no período. O resultado está em desacordo com a meta, que previa a manutenção dos valores do ano-base. Evidenciando a necessidade rever o planejamento das ações.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DOS GASTOS COM SERVIÇOS GRÁFICOS



Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1.Conscientização quanto ao uso de material gráfico pelas unidades;			
2.Possibilidade de normatização do uso de material gráfico;			
3.Criação de novas formas de divulgação por canais digitais (menos poluentes).			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram parcialmente executadas, com a conclusão da criação de novas formas de divulgação por canais digitais e o andamento das ações de conscientização quanto ao uso de material gráfico. A etapa referente à possibilidade de normatização do uso ainda não foi iniciada. A meta estabelecida não foi atingida no período analisado, evidenciando a necessidade de fortalecimento das medidas de controle e racionalização da demanda por materiais gráficos.

Ressalta-se que a ampliação do uso de meios digitais representa avanço relevante, devendo ser acompanhada da implementação de instrumentos normativos e da intensificação das ações de sensibilização institucional no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável.



4.15. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Indicador 16.3 PCS – Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade.

Unidade de medida: Percentual. Periodicidade: Anual

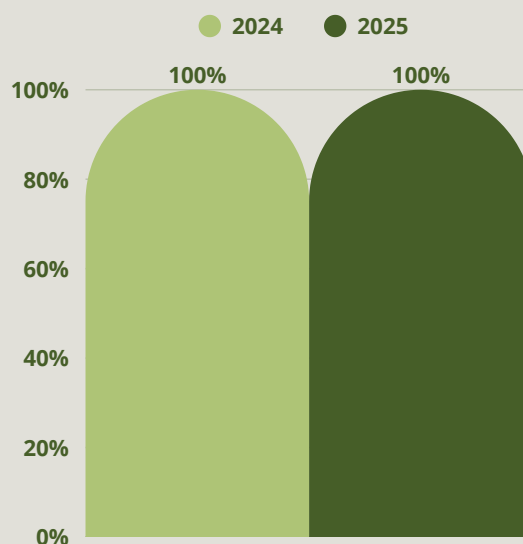
Fórmula: $PCS = (ACS / ACR) \times 100$.

16.1 ACR - Aquisições e contratações realizadas no período-base: 66 contratos;




16.2 ACS - Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base: 66 contratações, cujos Termos de Referência constam critérios sustentáveis.

META 21 - Levantamento dos dados para o ano-base e determinação da meta.

16.3 PCS – Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade



AÇÕES PARA PROMOÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS:

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
Etapa 1 - Análise sustentável dos itens da planilha de contratações			
Etapa 2 - Atualização da relação das contratações com os indicadores da revisão do PLS;			
Etapa 3 - Revisão do documento da análise sob os critérios de contratação sustentável. (Proad 25985/2024.)			

Nota de acompanhamento: As etapas previstas foram executadas. As ações implementadas contribuíram para o aprimoramento da incorporação de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação do TRT-6, promovendo maior alinhamento às diretrizes institucionais e normativas aplicáveis. Destaca-se que o documento resultante dessas análises foi formalizado no PROAD nº 25985/2024. Os avanços obtidos deverão ser mantidos e aperfeiçoados no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável, com vistas ao fortalecimento contínuo das práticas de contratações sustentáveis no âmbito institucional.

Ações executadas



4.16. QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

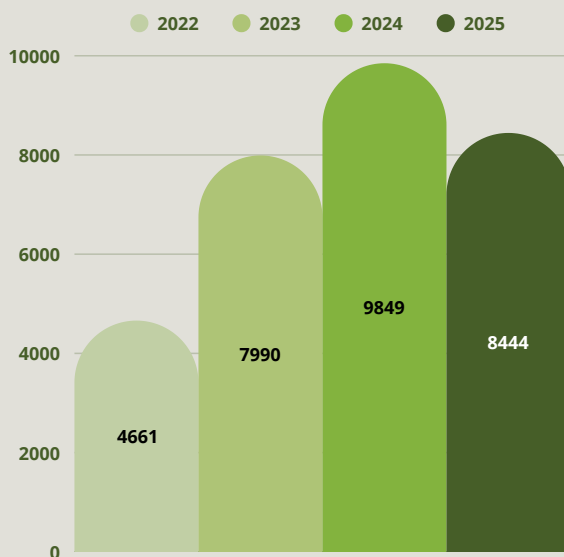


Indicador 17.1 PQV - Participações em ações de qualidade de vida

Unidade de medida: Número de participantes. Periodicidade: Anual.

META 22: Aumentar 10% a participação em ações de qualidade de vida até 2026. Ano-base: 2022.

17.1. QPV - Participações em ações de qualidade de vida



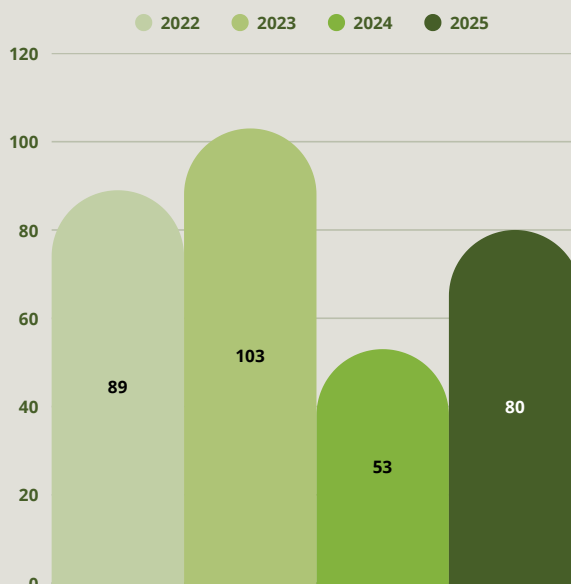
Meta não atingida

Indicador 17.2 AQV - Quantidade de ações de qualidade de vida

Unidade de medida: Número de ações realizadas. Periodicidade: Anual.

META 23: Manter as ações anuais de qualidade de vida no trabalho alcançadas em 2023, até dezembro de 2026.

17.2 AQV - Quantidade de ações de qualidade de vida





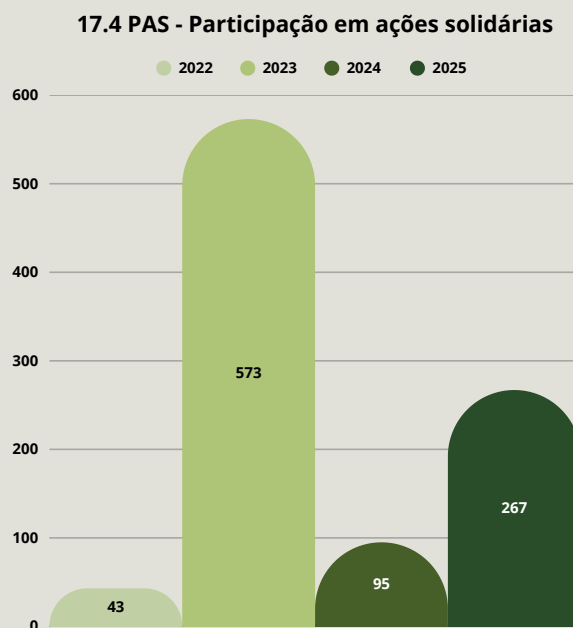
Meta não atingida



Indicador 17.4 PAS - Participação em ações solidárias

Unidade de medida: Número de participantes. Periodicidade: Anual

META 24: Manter a quantidade de pessoas do corpo funcional do TRT6 envolvidas em ações solidárias. Ano-base: 2023.

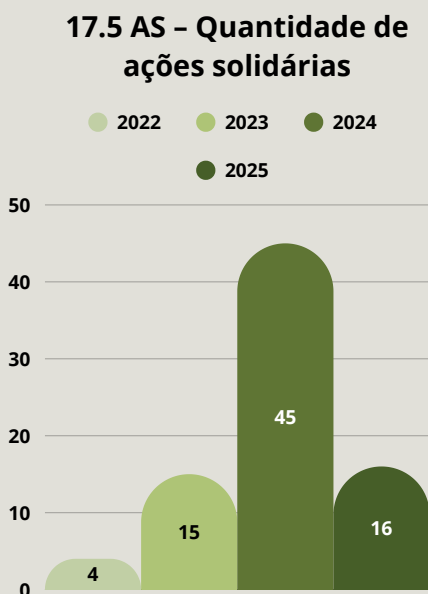


Meta atingida

Indicador 17.5 AS – Quantidade de ações solidárias

Unidade de medida: Número de ações realizadas. Periodicidade: Anual

META 25: Aumentar 40% a promoção de ações solidárias até 2026. Ano base: 2023.



AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Ações executadas

100%

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1.Promover ações em Saúde Ocupacional			
2.Promover ações voltadas para a Saúde Mental			
3.Promover ações de fisioterapia laboral			
4.Garantir a realização do programa de preparação para a aposentadoria			
5.Promover ações de odontologia preventiva			
6.Promover ações de controle de doenças			

7.Promover campanhas temáticas de prevenção de doenças.			
---	--	--	---

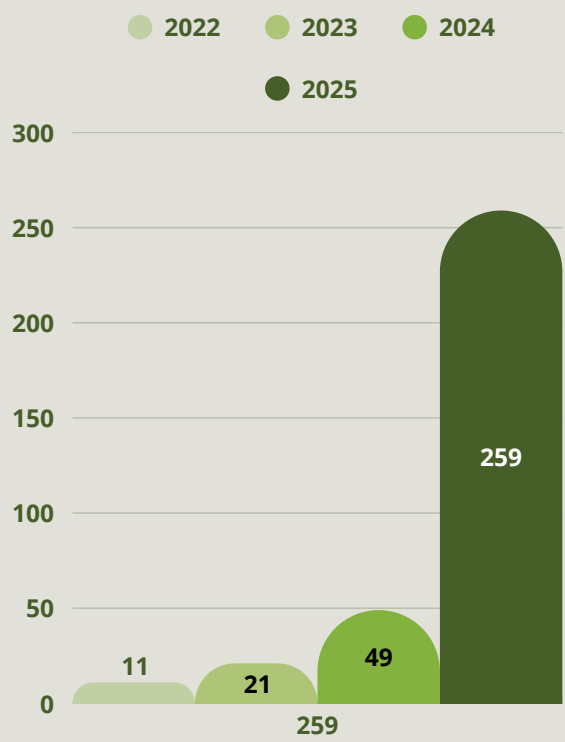


4.17. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



Indicador 18.1 ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade
Unidade de medida: Número de ações realizadas. Periodicidade: Anual
META 26: Aumentar 25% de capacitações socioambientais até 2026. Ano-base 2023.

18.1. ACap - Ações de capacitação em sustentabilidade

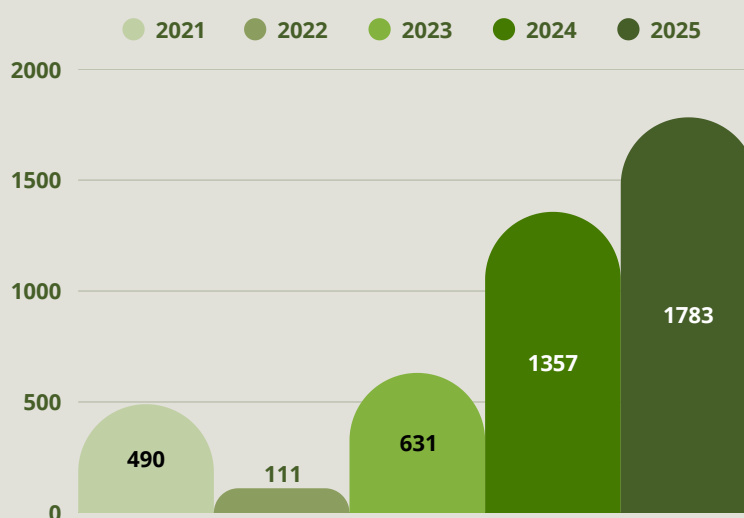


Indicador 18.3 PCap – Participação em ações de capacitação em sustentabilidade

Unidade de medida: Número de participantes. Periodicidade: Anual.



META 27: Manter o número alcançado em 2023 de capacitações do corpo funcional do TRT6 em educação socioambiental até 2026. Ano-base: 2023.

18.3. PCap - Participação em ações de capacitação em sustentabilidade



AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Disponibilizar cursos sobre a temática de sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental na plataforma virtual da Ejud-6			
2. Disponibilizar/divulgar cursos sobre a temática de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental da plataforma virtual da Enap.			



4.18. EQUIDADE E DIVERSIDADE

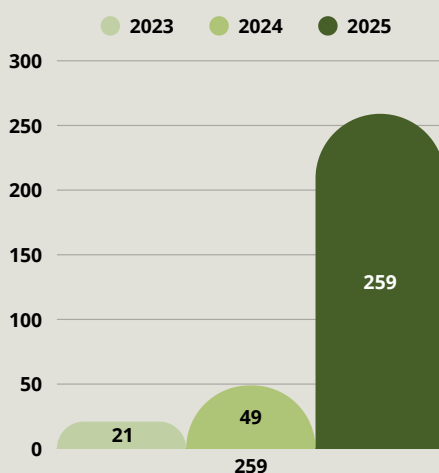


Indicador 19.1 ACapED – Ações de capacitação em equidade e diversidade

Unidade de medida: Número de ações realizadas. Periodicidade: Anual.

META 28: Aumentar 30% da promoção de ações de capacitação em equidade e diversidade. Ano-base: 2023.

19.1 ACapED – Ações de capacitação em equidade e diversidade



Indicador 19.37 ServGF – Total de servidoras na composição de comissões, comitês e subcomitês.

Unidade de medida: Número de servidoras. Periodicidade: Anual.

META 29: Manter o número de servidoras atuantes nos colegiados temáticos. Ano-base 2023.

Indicador 19.44 ServNGF – Total de servidores(as) negros(as) e pardos(as) na composição de comissões, comitês e subcomitês.

Unidade de medida: Número de servidores(as) negros(as) e pardos(as). Periodicidade: Anual.

META 30: Manter o número de servidores(as) negros(as) e pardos(as) atuantes nos colegiados temáticos. Ano-base 2023.

Indicador 19.45 ServIdGF – Total de servidores(as) idosos(as) na composição de comissões, comitês e subcomitês.





Unidade de medida: Servidores(as) idosos(as). Periodicidade: Anual

META 31: Aumentar 30% do número de servidores(as) idosos(as) na composição de colegiados temáticos. Ano-base 2023.

Nota Técnica

Em razão das inconsistências verificadas nos métodos de apuração e nos valores registrados nos indicadores 19.37 (ServGF), 19.44 (ServNGF) e 19.45 (ServIdGF), acima descritos, a SSAI, deliberou pela revisão metodológica desses indicadores, a ser implementada no próximo ciclo do Plano de Logística Sustentável (PLS).

AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1.Coleta de dados			
2.Elaboração de planilha com os dados coletados;			
3.Elaboração de Power BI;			
4.Disponibilização do Power BI no sítio eletrônico do Tribunal.			

4.19. DESCARBONIZAÇÃO - PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO



Meta atingida

Indicador 20.1. PIDescarb - Elaboração de Plano de Descarbonização
Periodicidade Anual.

Definição: Elaboração do Plano de Descarbonização, com o planejamento das medidas para inventário, redução e compensação de emissões, incluindo ações, projetos, cronograma e metas parciais e finais.

META 32 - Versão inicial do Plano de Descarbonização para 2025.



Link de acesso ao Plano Inicial de Descarbonização-2025:

<https://drive.google.com/file/d/1ipyU8fYQyXImWvVKncWhjrbAOtSWVmWz/view?usp=sharing>



Meta atingida

20.2.1. Inv1 – Realização do Inventário de Emissões
Periodicidade Anual.

Definição: Realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

META 33 - Concluir inventário para o edifício-sede e anexo em 2025.

Link de acesso ao Inventário de Emissões:

<https://drive.google.com/file/d/1k-ax83u93NgUmpLkLO7xTJ0gdhIh5xZp/view?usp=sharing>



Meta não atingida

Indicador 20.2.4 Inv4 – Verificação de inventário de emissões

Periodicidade Anual.

Definição: Realização de verificação do inventário de emissões por organismo independente e acreditado, com avaliação da precisão e integridade das informações reportadas e da conformidade da metodologia utilizada.

META 34 - Validar inventário do prédio-sede e anexo.

Por se tratar de uma etapa inicial, o foco concentrou-se na estruturação da metodologia, consolidação das fontes emissoras, organização dos dados e definição de procedimentos internos para coleta e tratamento das informações. Nesse contexto, entendeu-se que a verificação por organismo independente e acreditado não seria estratégica neste primeiro momento. A validação externa será incorporada nos próximos ciclos anuais, quando o inventário já estiver consolidado, permitindo uma análise comparativa mais consistente e garantindo maior robustez técnica, confiabilidade e transparência às informações reportadas.



Meta atingida

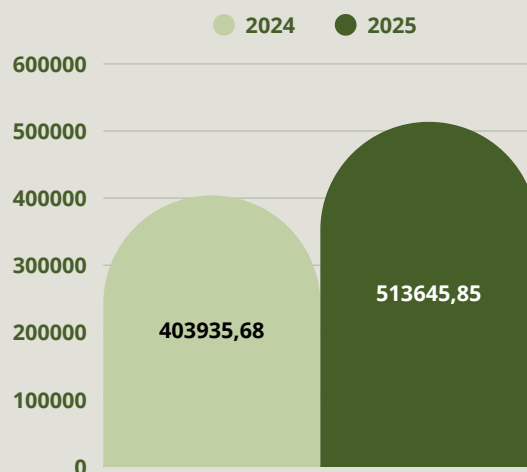
Indicador 20.3.3. RedGEE3 - Energia elétrica injetada na rede de energia por sistemas de fontes alternativas;

Unidade de medida: kWh. Periodicidade: Anual.

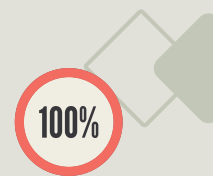
Definição: Total de KWh injetados na rede de energia elétrica por fontes alternativas (solar, eólica, maremotriz, geotérmica).

META 35: Manter a produção de energia fotovoltaica.

20.3.3. RedGEE3 - Energia elétrica injetada na rede de energia



AÇÕES PARA PROMOÇÃO DA DESCARBONIZAÇÃO



Construir inventário de GEE de todas as atividades da 6ª Região.

Ações executadas

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Elaborar DFD e TR para a contratação da empresa que fará a construção o inventário;			
2. Contratação da empresa selecionada;			
3. Levantamento de dados dos escopos 1, 2 e 3;			
4. Produção do relatório de emissões de GEE.			

Link de acesso ao inventário:

<https://drive.google.com/file/d/1k-ax83u93NqUmpLkLO7xTJ0gdhIh5xZp/view?usp=>






Links de acesso aos infográficos:

<https://drive.google.com/file/d/17hrfqUmrXSAJIV6fPXrD53nZbpKHkluM/view?usp=sharing>.

Link de acesso ao Plano de Mitigação das Emissões:

<https://drive.google.com/file/d/1aBHz3i815r2q-awNqZhvenVTLEPmDM5c/view?usp=sharing>.

Construir composteira doméstica nas dependências do TRT-6.

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1.Elaborar DFD e TR para a contratação de empresa que prestará consultoria;			
2.Contratação da empresa selecionada;			
3.Avaliação do local de instalação da composteira;			
4.Treinamento dos terceirizados e servidores para o manejo e gestão da composteira;			
5.Ajustes necessários no espaço físico para a composteira e aquisição de materiais necessários.			

Link de acesso:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2026/01/19/trt-6-promove-formacao-sobre-compostagem-voltada-terceirizados>



Reestruturar Ecoponto do TRT-6.

Ações executadas

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1. Elaborar DFD e TR para a contratação da empresa que fará a reestruturação;			
2. Contratação da empresa selecionada;			
3. Avaliação do local de instalação da nova estrutura do Ecoponto			
4. Elaboração do Ecoponto.			

Link de acesso:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/11/18/trt-6-inaugura-ecoponto-produzido-com-embalagens-de-creme-dental-recicladas>



Reflorestamento de Manguezais

Ações executadas

Etapas	Status em 2025		
	Não Iniciada	Em Andamento	Finalizada
1.Parcerias com universidades para o mapeamento das áreas degradadas e seleção de áreas para plantio;			
2.Parcerias com órgãos municipais e/ou estaduais para a viabilidade da aquisição de mudas e ou aquisição de verba para a remuneração pelo plantio;			
3.Seleção de local do plantio;			
4.Execução do projeto;			

Links de Acesso:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/12/10/projeto-raizes-da-justica-planta-80-mudas-de-mangue-em-olinda>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/12/04/primeiro-dia-de-atividades-do-projeto-raizes-da-justica-teve-palestra-exposicao>



5. Ações realizadas em 2025

5.1. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

No exercício de 2025, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) consolidou e avançou em ações estratégicas de sustentabilidade, alinhadas às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS-Jud) e ao Programa Justiça Carbono Zero, instituídos pelas Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 594/2024, respectivamente. Essas iniciativas visam promover a gestão ambiental responsável, reduzir impactos socioambientais e fortalecer a atuação institucional em práticas sustentáveis.

As principais ações desenvolvidas contemplam:

- Adesão normativa ao Programa Justiça Carbono Zero;
- Continuidade da execução do Plano de Descarbonização;
- Conclusão e publicação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- Reestruturação do Ecoponto institucional;
- Conclusão do Projeto Raízes da Justiça;
- Projeto Maré Segura.
- Contratação de serviço para implantação de compostagem de resíduos orgânicos.

5.2. Programa Justiça Carbono Zero e Plano de Descarbonização

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 594/2024, o TRT-6 adotou formalmente o Programa Justiça Carbono Zero, compromisso que orienta a institucionalização de práticas de mensuração, redução e compensação das emissões de GEE.

No período avaliado, a execução do Plano de Descarbonização avançou em suas fases estruturantes, com ações distribuídas para promover eficiência energética, redução de consumo de recursos e integração de metas ambientais no planejamento institucional.

5.3. Inventário de Emissões de GEE

Em 2025, foi realizado e publicado o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do TRT-6, contemplando todas as unidades do Regional. O inventário, elaborado em conformidade com a metodologia GHG Protocol e a norma ABNT NBR ISO 14064, permitiu a identificação das principais fontes de emissões diretas e indiretas, subsidiando ações futuras de mitigação e planejamento sustentável. O inventário abrangeu os três escopos internacionalmente adotados.

O Cenário de Emissões do TRT-6

Em 2024, o TRT-6 emitiu um total de 405,27 toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e).



De Onde Vêm Nossas Emissões?

Mais de 95% das nossas emissões vêm de apenas três fontes: Frota, Viagens e Energia Elétrica.

Cada viagem conta

A nossa frota é a principal responsável pela nossa pegada de carbono, com mais de 46% das emissões totais.



5.5. Projeto Raízes da Justiça

O Projeto Raízes da Justiça foi desenvolvido no segundo semestre de 2025 com o propósito de estimular a sustentabilidade, a valorização ambiental e a educação ecológica, em consonância com as diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero do CNJ.



As ações realizadas no âmbito do projeto incluíram:

5.5.1. Ações de Sensibilização Ambiental

No início de dezembro, o projeto abriu com atividades dedicadas à valorização do ecossistema manguezal e à sensibilização da comunidade interna do Tribunal. Estudantes e docentes do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) promoveram uma exposição sobre o mangue e suas espécies, ressaltando sua importância para o equilíbrio ambiental.

No mesmo dia, foram promovidas: uma Oficina de Manejo de Resíduos Sólidos, voltada para auxiliares de serviços gerais, com foco em práticas responsáveis de segregação, manejo e destinação de resíduos; e uma palestra sobre o compromisso do Poder Judiciário com a Agenda 2030 da ONU e com a sustentabilidade, que abordou temas de desenvolvimento sustentável e mudanças de hábitos para redução de impactos ambientais.

A iniciativa teve como propósito fortalecer valores de sustentabilidade, ética e cidadania, aproximando a Justiça do Trabalho da comunidade e estimulando práticas responsáveis de preservação ambiental. Nesta edição, o foco foi a valorização do mangue e sua função ecossistêmica, além do incentivo ao manejo adequado dos resíduos sólidos.

A metodologia adotada consistiu na realização de ações de educação ambiental e sensibilização institucional, estruturadas em atividades presenciais, segmentadas por público-alvo e desenvolvidas no dia 03 de dezembro, em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade e educação ambiental no âmbito do Poder Judiciário.

Links das matérias no portal do TRT-6:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/11/14/projeto-raizes-da-justica-promove-acoes-de-sustentabilidade-e-valorizacao-do>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/12/04/primeiro-dia-de-atividades-do-projeto-raizes-da-justica-teve-palestra-exposicao>

5.5.2. Plantio de mudas de mangue em Olinda

Como parte das atividades de campo voltadas à sustentabilidade, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região promoveu, no dia 10 de dezembro, o plantio de 80 mudas de mangue no Espaço Ciência, em Olinda. A iniciativa teve como objetivo contribuir para a recuperação e preservação desse relevante ecossistema costeiro, reconhecido por seu papel na proteção da biodiversidade, na estabilização do solo e no auxílio à mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Antes do plantio, os participantes vivenciaram um momento de aprendizado conduzido por especialistas, com orientações sobre as funções ecológicas do manguezal, suas diferentes espécies e a importância desse habitat para o equilíbrio ambiental e a proteção das zonas costeiras. A atividade contou com a participação de magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), aprendizes, parceiros institucionais e público externo, fortalecendo a conscientização socioambiental e consolidando o engajamento coletivo em favor de práticas mais responsáveis e sustentáveis.

Ressalta-se que, neste momento, ainda não é possível mensurar a quantidade de carbono que poderá ser compensada pela ação, uma vez que as mudas se encontram em fase inicial de desenvolvimento. A estimativa desse potencial dependerá do crescimento saudável da vegetação e do monitoramento ao longo do tempo, etapa essencial para avaliar, com maior precisão, os benefícios ambientais gerados pela iniciativa.



Link da matéria no portal do TRT-6:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/12/10/projeto-raizes-da-justica-planta-80-mudas-de-mangue-em-olinda>

5.5.3. Compostagem de Resíduos Orgânicos

Em 23 de dezembro de 2025, foi formalizado o contrato para implementação de sistema de compostagem de resíduos orgânicos.

A iniciativa prevê o planejamento, a implantação, a capacitação e o acompanhamento técnico do sistema de compostagem, com o objetivo de: reduzir o envio de resíduos orgânicos a aterros sanitários, promover a gestão adequada de resíduos e mitigar emissões de GEE associadas à decomposição inadequada.

A implantação do sistema está em fase inicial, com atividades de planejamento e preparação de infraestrutura em andamento. Em janeiro, foram realizadas duas formações de sensibilização sobre compostagem, voltadas a colaboradores terceirizados, cujos objetivos foram ampliar o conhecimento dos envolvidos com compostagem e promover a integração entre os setores responsáveis pelo manejo dos resíduos orgânicos no TRT-6. Durante os encontros, foram abordados aspectos conceituais da compostagem, orientações técnicas sobre o funcionamento do sistema instalado, diretrizes para a correta segregação dos resíduos orgânicos, esclarecimentos quanto às responsabilidades dos colaboradores no processo, o tempo necessário para a decomposição dos resíduos orgânicos, as etapas envolvidas e a forma correta de execução de cada fase.

Ressalta-se que, por se tratar de um projeto em fase inicial, ainda não é possível quantificar com precisão os resultados alcançados. O processo de compostagem demanda alguns meses para que o material orgânico seja completamente decomposto e para que os primeiros indicadores — como volume de resíduos desviados e quantidade de composto gerado — possam ser observados e avaliados de forma consistente. A expectativa é que, com a continuidade do projeto e o devido monitoramento, seja possível mensurar seus benefícios ambientais e aperfeiçoar continuamente a iniciativa.



5.6. Indicadores de Sustentabilidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região acompanhou indicadores ambientais relacionados ao uso de energia elétrica, consumo de água, de copos descartáveis e à gestão de resíduos sólidos, em alinhamento ao Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-Jud).

Em 2025, o TRT-6 aprimorou a forma de calcular seus indicadores de consumo de energia elétrica e de água, após atualização das áreas consideradas na apuração. A revisão permitiu retratar com maior precisão o desempenho institucional.

No consumo de energia elétrica por metro quadrado, os resultados demonstram redução contínua ao longo dos últimos anos, indicando maior eficiência no uso desse recurso nas unidades do Tribunal. Os resultados passaram a refletir com maior precisão o desempenho institucional: 37,79 kWh/m² em 2023, 29,87 kWh/m² em 2024 e 22,55 kWh/m² em 2025, demonstrando redução contínua.

Também houve revisão metodológica no indicador de consumo de água por m², devido à atualização das áreas construídas. Após a correção, os valores apurados foram 0,33 m³/m² em 2023, 0,28 m³/m² em 2024 e 0,27 m³/m² em 2025. O resultado de 2025 representa redução de 18,4%, superando a meta estabelecida no Plano de Logística Sustentável do TRT-6.

Na gestão de resíduos sólidos houve um avanço importante na reciclagem. A quantidade de papel reciclado aumentou ao longo dos anos: foi de 3.770 kg em 2023 para 3.866,5 kg em 2024, chegando a 8.010,5 kg em 2025. No caso do plástico, foram reciclados 41 kg em 2023, 10.004,3 kg em 2024 e 1.352,7 kg em 2025. Somando todos os materiais reciclados, os números cresceram de 4.965 kg em 2023 para 6.177 kg em 2024 e 10.117,9 kg em 2025.

Esses resultados mostram que as práticas de separação e destinação correta dos resíduos estão se fortalecendo.

Em relação ao uso de copos descartáveis, os gastos foram reduzidos de R\$ 524,43 em 2024 para R\$ 40,00 em 2025, o que corresponde a uma diminuição de 92,37%. A adoção de copos biodegradáveis a partir de setembro de 2025, aliada a campanhas de conscientização e ao incentivo ao uso de recipientes reutilizáveis, contribuiu para esse resultado.





Os resultados apresentados demonstram que o TRT-6 vem consolidando práticas mais eficientes no uso de energia, água e na gestão de resíduos, com melhoria na qualidade das informações e maior precisão na apuração dos dados. O desempenho alcançado em 2025 reforça o compromisso institucional com a responsabilidade ambiental, a transparência e o aperfeiçoamento contínuo das ações voltadas à sustentabilidade

5.7. Oficina Maré Segura

No exercício de 2025, o TRT-6 também desenvolveu o Projeto Maré Segura: Proteção e Direitos das Marisqueiras, uma iniciativa promovida pela Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão em parceria com o Programa Regional Trabalho Seguro, que visa promover inclusão social, informação, saúde, segurança e valorização profissional das marisqueiras do litoral pernambucano.

A edição de 2025 do projeto foi realizada no auditório da Escola Judicial do TRT-6, com a participação de cerca de 70 trabalhadoras associadas à Colônia de Pescadores Z-20, do município de Igarassu, no Litoral Norte de Pernambuco. Durante o evento, foram promovidas palestras e oficinas sobre temas fundamentais para as marisqueiras, incluindo direito previdenciário, direitos das mulheres, violência doméstica, discriminação moral ou sexual, saúde osteomuscular, cuidados com a pele e exercícios de alongamento para prevenção de lesões ocupacionais. Ao final das atividades, foram sorteados equipamentos e distribuídos kits contendo protetores solares, camisas com proteção UV, garrafas de água e bolsas retornáveis, reforçando as práticas de proteção e bem-estar no ambiente de trabalho dessas profissionais.

O projeto reforça o compromisso institucional do TRT-6 com a dignidade humana, a inclusão e a promoção de qualidade de vida de populações tradicionalmente invisibilizadas, valorizando saberes e ofícios tradicionais, bem como contribuindo para a promoção de direitos sociais no âmbito do trabalho. A iniciativa também recebeu reconhecimento no 5º Prêmio Conexão Inova, conquistando o 3º lugar na categoria Ciências Comportamentais, o que destaca sua relevância no contexto de inovação pública e de políticas públicas voltadas à sustentabilidade, igualdade de gênero e trabalho decente.

Link da matéria no portal do TRT-6:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/11/03/oficina-mare-segura-2025-leva-informacao-e-inclusao-para-marisqueiras-de>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/02/18/oficina-mare-segura-protexao-e-direitos-das-marisqueiras-e-finalista-do-5o>



5.8. Considerações Finais

As ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo TRT-6 em 2025 reforçam o compromisso institucional com a responsabilidade ambiental e social, a eficiência na utilização de recursos e a promoção de práticas sustentáveis alinhadas às diretrizes do CNJ. As iniciativas contribuem para a redução de impactos ambientais, o fortalecimento da cultura organizacional sustentável, o engajamento de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) e a promoção de um futuro melhor para a sociedade.

5.9. Acessibilidade, Inclusão e Promoção de Direitos Humanos

No exercício de 2025, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6) fortaleceu sua atuação institucional na promoção da acessibilidade, da inclusão social e da defesa dos direitos humanos, desenvolvendo ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade e historicamente invisibilizados, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Agenda 2030 da ONU e da legislação nacional de proteção aos direitos fundamentais.

As iniciativas abrangeram ações de sensibilização, educação em direitos, atendimento inclusivo, promoção da cidadania e articulação interinstitucional, reafirmando o papel do Judiciário Trabalhista como agente indutor de justiça social.

5.9.1. Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência

Ao longo de 2025, o TRT-6 desenvolveu e manteve ações voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência, com foco na eliminação de barreiras comunicacionais, atitudinais e institucionais, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Destacam-se iniciativas relacionadas à acessibilidade comunicacional, à formação continuada e à sensibilização da comunidade interna e externa, tais como:

- Disponibilização do Balcão Visual, serviço de atendimento em Libras por videochamada, ampliando o acesso das pessoas surdas ou com deficiência auditiva aos serviços do Tribunal;
- Realização de sessões judiciais com tradução simultânea em Libras, em alusão ao Dia Nacional da Libras;
- Promoção de ações de sensibilização sobre a importância da Libras no atendimento ao público;

- Oferta de cursos e capacitações em Libras, bem como levantamento de interesse para formações em 2026;
- Lançamento da Cartilha de Boas-Vindas aos(as) Servidores(as) com Deficiência, com orientações voltadas à inclusão, acessibilidade e respeito à diversidade;
- Desenvolvimento e divulgação do Plano de Acessibilidade Digital;
- Elaboração do Plano de Projeto do Balcão Visual no âmbito do TRT-6;
- Realização de cursos e eventos sobre anticapacitismo, linguagem simples e comunicação acessível, incluindo o curso “Linguagem Simples Aplicada à Justiça do Trabalho” e eventos institucionais sobre o tema;
- Participação de representantes do TRT-6 em encontros nacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Essas ações reforçam o compromisso institucional com a acessibilidade universal, a inclusão e a promoção da autonomia das pessoas com deficiência no acesso à Justiça.

Links das matérias no portal do TRT-6:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/08/19/conheca-o-balcao-visual-projeto-de-acessibilidade-disponivel-no-site-do-trt-6>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/04/24/dia-nacional-da-libras-sessao-da-4a-turma-e-transmitida-com-traducao-simultanea>

5.9.2. Promoção da Igualdade, Combate à Discriminação e Valorização da Diversidade

Ao longo de 2025, o TRT-6 promoveu diversas ações voltadas ao combate a todas as formas de discriminação e à valorização da diversidade, abrangendo temas como raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, etarismo e inclusão social.



Entre as principais iniciativas destacam-se:

- Realização de cursos e palestras sobre combate ao assédio, discriminação e linguagem não violenta, incluindo o curso “Letramento em Raça, Gênero e Anticapacitismo”;
- Promoção de eventos e seminários sobre direitos e inclusão de trabalhadores LGBTQIAPN+, incluindo ações em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+;
- Desenvolvimento de campanhas institucionais como Agosto Lilás, Junho Violeta, Mês da Consciência Negra e Campanha “Em Pauta a Pessoa Idosa”;
- Realização de cine-debates, palestras e diálogos institucionais sobre direitos humanos, igualdade racial, violência de gênero e enfrentamento ao assédio;

- Publicação de materiais educativos, como o cordel “Assédio no Trabalho: O Que É e Como se Previne”;
- Divulgação do Calendário da Diversidade, reunindo datas e ações institucionais voltadas à promoção dos direitos humanos;
- Incentivo à produção acadêmica e institucional por meio de editais e eventos promovidos pela Escola Judicial (Ejud-6).

As ações contribuíram para o fortalecimento de uma cultura organizacional pautada no respeito, na diversidade e na promoção da dignidade humana.

Links das matérias no portal do TRT-6:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/07/14/curso-realizado-na-ejud-6-reflete-sobre-letramento-em-raca-genero-e>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/10/21/campanha-em-pauta-pessoa-idosa-reune-103-processos-para-conciliacao>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/02/27/confira-o-cordel-assedio-no-trabalho-o-que-e-e-como-se-previne-publicado-pelo>

<https://portal-ej.trt6.jus.br/node/4751>

5.9.3. Ações de Responsabilidade Social e Solidariedade

O TRT-6 também desenvolveu, em 2025, ações de caráter solidário e de responsabilidade social, com o objetivo de promover a cidadania, a inclusão social e o apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade.

Dentre as ações realizadas, destacam-se:

- Campanhas de arrecadação e doação, como Campanha Meias do Bem, doação de brinquedos para o Dia das Crianças e campanhas de arrecadação de tampinhas e lacres;
- Implantação e fortalecimento da Estante Solidária;
- Lançamento do Projeto Voo da Coruja, voltado à distribuição de livros infantis;
- Participação em iniciativas interinstitucionais, como o lançamento do Programa Novos Caminhos.

Essas iniciativas reforçam o papel social do Tribunal e seu compromisso com a promoção da solidariedade e da inclusão social.

Links das matérias no portal do TRT-6:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/07/07/campanha-meias-do-bem-arrecada-mais-de-1700-meias-no-trt-6>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/08/22/trt-6-lanca-projeto-voo-da-coruja-que-destina-livros-antidiscriminatorios-25>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/06/19/trt-6-participa-do-lancamento-do-programa-novos-caminhos>

5.9.4. Pop Rua Jud – Atenção às Pessoas em Situação de Rua

Em consonância com a Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades, o TRT-6 desenvolveu ações no âmbito do Pop Rua Jud, voltadas à promoção do acesso à justiça, à cidadania e à dignidade da população em situação de rua.

As iniciativas envolveram articulação interinstitucional, participação em eventos, ações de sensibilização e apoio a atividades que buscam reduzir barreiras de acesso aos direitos trabalhistas e sociais desse público, reconhecendo suas múltiplas vulnerabilidades.



Links das matérias no portal do TRT-6:

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/12/18/trt-6-participa-de-3o-mutirao-popruajud-pe>

<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2025/08/15/trt-6-participa-da-edicao-2025-do-popruajud>

5.9.5. Considerações Finais

As ações de acessibilidade, inclusão e promoção de direitos humanos desenvolvidas pelo TRT-6 em 2025 evidenciam o compromisso institucional com a justiça social, a dignidade humana e a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

Ao integrar sustentabilidade, acessibilidade e direitos humanos em sua atuação, o Tribunal reafirma seu papel estratégico na promoção de políticas públicas judiciais alinhadas às diretrizes do CNJ e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



TRT-6 SUSTENTÁVEL